

Entre documentos e memórias da escola paulistana: os últimos anos da língua francesa na rede pública /

Entre documents et mémoires de l'école paulistana: les dernières années de la langue française dans le réseau public

Marcella dos Santos Abreu*

Doutora em Letras (Universidade de São Paulo) e pesquisadora em Linguística Aplicada.

 <https://orcid.org/0000-0003-1293-4786>

Recebido em: 28 jun. 2021. **Aprovado** em: 24 ago. 2021.

Como citar este artigo:

ABREU, Marcella dos Santos. Entre documentos e memórias da escola paulistana: os últimos anos da língua francesa na rede pública. *Revista Letras Raras*. Campina Grande, v. 10, n. Especial, p. 120-147, nov. 2021.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir as representações sobre as práticas de ensino-aprendizagem de francês na escola pública de São Paulo entre os anos 1960 e 1970. Por meio da coleta e da leitura de atas de reuniões pedagógicas da escola Caetano de Campos, tivemos acesso à voz dos/as docentes que viveram suas experiências profissionais durante os últimos anos da língua francesa como disciplina obrigatória no currículo brasileiro. Esse corpus foi confrontado às respostas dos/as ex-estudantes do colégio, recolhidas graças à apresentação de um formulário para explorar suas lembranças sobre o ensino de francês no mesmo contexto. Assim, a partir do encontro entre as fontes históricas e as narrativas contadas por esses protagonistas do ensino público, nós discutiremos a importância do trabalho de memória (BOSI, 2012) e da documentação pedagógica (MELLO, BARBOSA, FARIA, 2017) sobre a presença da língua francesa entre professores/as e estudantes brasileiros/as em momentos de censura, repressão e resistência – de ontem e de hoje (ORLANDI, 2007).

PALAVRAS-CHAVE: Língua francesa; Escola pública; Currículo; Memória; Documentação Pedagógica.

RÉSUMÉ

Ce travail a pour but de discuter les représentations sur les pratiques d'enseignement-apprentissage du français à une école publique de São Paulo entre les années 1960 et 1970. Sur le fondement de la collecte et de la lecture des comptes-rendus des réunions pédagogiques de l'école Caetano de Campos, nous avons eu accès à la parole des enseignant.e.s qui ont vécu leurs expériences professionnelles pendant les dernières années du français comme discipline obligatoire dans le curriculum brésilien. Ce corpus a été confronté aux réponses des ancien.ne.s apprenant.e.s de l'école, recueillies grâce à la présentation d'un formulaire pour exploiter leurs mémoires sur l'enseignement du français dans le même contexte. Ainsi, grâce à la rencontre entre les sources historiques et les récits racontés par ces protagonistes de l'enseignement public, nous discuterons de l'importance du travail de mémoire (BOSI, 2012) et de la documentation pédagogique (MELLO, BARBOSA, FARIA, 2017) sur la présence de la langue française parmi les enseignant.e.s et les étudiant.e.s brésilien.ne.s dans les moments de censure, répression et résistance – d'hier et d'aujourd'hui (ORLANDI, 2007).

*
 marcella.galache@gmail.com

MOTS-CLÉS: Langue française; École publique; Curriculum; Mémoire; Documentation Pédagogique.

1 Introdução

O presente trabalho apresenta parte dos resultados obtidos ao longo de pesquisa de doutorado, por meio da qual vislumbrava estudar as memórias do ensino da língua francesa na escola pública paulista entre as décadas de 1960 e 1970, os últimos anos da presença daquele idioma como componente curricular obrigatório na educação básica brasileira.

Para acessar cenas e memórias do francês no ensino regular de outrora, efetuei uma pesquisa documental no Centro de Memória e Acervo Histórico (CEMAH), da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP). Nesse equipamento, foi possível conhecer atas de reuniões pedagógicas pertencentes ao então Instituto de Educação Caetano de Campos (IECC), nome pelo qual foi conhecida, entre 1933 e 1978¹, a escola paulistana cujo prédio hoje abriga a sede daquela SEE-SP (SÃO PAULO, 2018).

As fontes documentais pertenciam ao contexto da ditadura militar (1964-1985) e de sua reforma educacional imposta pela lei nº 5692/1971 (BRASIL, 1971). Tratava-se de cenário de implementação de um projeto fracassado de profissionalização do ensino secundário (GOMES, 2017) que, ao reduzir o tempo e o conteúdo a ser abordado nas escolas, limitou, dentre outros saberes, a presença de línguas como componentes curriculares nesses espaços.

No cenário pós-segunda mundial (1939-1945), a partir do qual se impõe a ascensão do poderio econômico e cultural norte-americano, tal limitação esteve relacionada à incidência sobre os currículos brasileiros dos interesses decorrentes do acordo MEC-USAID (Ministério da Educação - *United States Agency for International Development*).

Graças à indicação do CEMAH, procurei percorrer esse momento, por meio da leitura dos discursos de professores/as que foram retextualizados por escribas daquelas atas produzidas no IECC, entre 1967 e 1968. Tratava-se, portanto, de um trabalho com exemplares discursivos permanentemente atravessados por silenciamentos impostos pela censura local da ditadura (ORLANDI, 2007).

¹ Ao longo de sua trajetória, que remonta à instalação da Escola Normal em 1846, foi conhecida como Escola Normal da Praça da República, Instituto de Educação Caetano de Campos, EEPSP Caetano de Campos e EE Caetano de Campos, designando, neste último caso, duas escolas homônimas que funcionam na Aclimação e na Consolação, dois bairros da capital paulista (SÃO PAULO, 2018).

Ao longo do período ao qual me dediquei à identificação dessas vozes docentes de um tempo de exceção, pude conhecer as narrativas de um grupo de ex-estudantes do IECC, personagens que fizeram parte do espaço no qual foram produzidas aquelas atas. Os seus depoimentos apontavam a importância do trabalho de memória (BOSI, 2012) a ser realizado particularmente sobre uma das docentes que fizeram parte daquela instituição: Iracema Rosa dos Santos, a *Dona Boquinha*, como era conhecida a professora de francês.

A apreciação das tímidas participações dessa docente documentadas nas atas levou-me a destacar um processo de apagamento das nossas histórias como educadores/as e estudantes na escola, que poderia ser interrompido por meio da prática da documentação pedagógica (MELLO, BARBOSA, FARIA, 2017).

Será por meio dela que procuraremos estabelecer a conexão entre a voz de Dona Iracema, de seus ex-estudantes e as nossas vozes neste tempo. Esses sons, permanentemente calados em meio aos ciclos de retrocessos no campo educacional brasileiro, pertencem a corpos que, quando visibilizados, mostram-se potentes para resistirem ao apagamento das memórias e das existências engajadas em cenas de ensino-aprendizagem de línguas/ linguagens nas escolas de hoje e de outrora.

2. Entre arquivos e silêncios: o trabalho de memória sobre o francês na escola

As memórias sobre a presença da língua francesa na escola durante os anos da ditadura militar são marcadas pela publicação da lei nº 5692 (BRASIL, 1971). Esse dispositivo restringia o tempo e o conteúdo a ser priorizado na escola, pois impunha a drástica redução de carga horária para o desenvolvimento dos componentes curriculares do ginásio (etapa já intitulada 1º grau e, no tempo de enunciação deste texto, Ensino Fundamental). No então Ensino Secundário (depois 2º grau e Ensino Médio), seria priorizada a presença de disciplinas técnicas em detrimento de componentes curriculares propedêuticos (GOMES, 2017).

O tempo previsto para a formação das crianças e dos jovens brasileiros passava de 12 para 11 anos. Poderia haver ainda outras reduções, a depender da adoção de critérios pretensamente flexíveis para a terminalidade dos estudos em cada escola, conforme nos aponta Dermeval Saviani (2008) acerca do legado negativo dessa lei para a população brasileira, sobretudo para os estudantes das camadas populares. Tal limitação provocou o aligeiramento do

ensino e a diluição do conteúdo de aprendizagem para as camadas populares (SAVIANI, 2008, p. 43; 44).

Diante da constituição desse cenário, o interesse pelas condições do ensino-aprendizagem de línguas no período me conduzia inevitavelmente a indagar: o que não teria ocorrido com esses componentes curriculares naquele contexto? Vilson Leffa (1999), entretanto, já havia discutido tal questão, destacando que, em alguns casos, sequer uma língua ocuparia o currículo (LEFFA, 1999, p. 19).

A partir de tal diagnóstico, julguei necessário perscrutar o período imediatamente anterior ao momento que acelerou, dentre outras perdas, o gradativo ocaso da presença do francês como componente curricular obrigatório no Brasil. Para compreender tal cenário, ansiava por não me limitar apenas a fontes documentais, por isso apresentei uma proposta de pesquisa que se propunha a estabelecer contato com ex-estudantes e ex-professores/as dos então estabelecimentos de ensino público da cidade de São Paulo, a fim de registrar suas narrativas sobre as aulas de língua francesa.

Ousei propor um projeto que considerasse a importância de lembranças relacionadas às experiências de ensino-aprendizagem para o trabalho de constituição, não só de parte do legado da presença daquela língua como disciplina no Brasil, mas também da memória de educadores e educandos que dele fizeram parte. Tratava-se, sem dúvida, de uma empreitada que inicialmente se concentraria sobre referências a livros didáticos, a professores/as e a suas práticas no contexto dos ginásios públicos das décadas de 1960 e 1970.

Para além dos fatos impressos em documentos oficiais a esse respeito, estava convencida de que, por meio memórias de outrora, outros sentidos poderiam ser *impressos* à história do ensino-aprendizagem de francês na escola. Como nos ensinou Ecléa Bosi (2012), partia do pressuposto de que rememorar é trabalhar e, ao contarem suas histórias, mulheres e homens não as revivem no curso de sua narração, mas, sob outro olhar, refazem-nas, reconstroem-nas, repensam-nas:

(...) lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. (...) Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor. (BOSI, 2012, p. 55)

Supondo especialmente a possibilidade de contato com ex-professores/as do período em estudo, motivaram-me as seguintes indagações: por qual via se disseminavam suas práticas? Por meio de publicações ou de encontros formativos das redes de ensino? Por intuição no trabalho com o livro didático adotado nas escolas, ou pela formação de professores/as na universidade?

Tendo em vista a busca de respostas a essas questões preliminares, foi inevitável ter de lidar com as restrições que nos impuseram os arquivos antes mesmo de delimitarmos o cenário e a identidade dos protagonistas das lembranças a serem reconstituídas. Isso me ajudou a perceber, de imediato, que não teria mais acesso a todas as vozes daquele tempo. Estava posto o silêncio e, para discutir seu estatuto, recorri aos estudos de Eni Puccinelli Orlandi (2007) que o classifica sob dois tipos:

(...) a) silêncio fundador, aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar; e b) a política do silêncio, que se subdivide em: b) 1) silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as “outras” palavras); e b) 2) o silêncio local, que se refere à censura propriamente (àquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura). Isso tudo nos faz compreender que estar no sentido com palavras e estar no sentido em silêncio são modos absolutamente diferentes entre si. E isso faz parte da nossa forma de significar, de nos relacionarmos com o mundo, com as coisas e com as pessoas. (ORLANDI, 2007, p. 24)

Sob tal perspectiva, passei a considerar o silêncio local entre documentos e relatos acerca do francês como disciplina escolar nas primeiras décadas da ditadura militar brasileira (1964 a 1985). Tendo em vista a análise do material, não poderia ignorar a censura que, para além da privação de informações, é compreendida como o empecilho ao trabalho histórico do sentido e da identidade dos sujeitos, “(...) ou seja, a censura procura estancar o movimento social e histórico do sentido que produz os sujeitos em seus processos de identificação” (ORLANDI, 2007, p. 139).

Constatei a presença desse silenciamento quando apresentei à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo a necessidade de ter acesso a documentos sobre a vida escolar do período a ser investigado. Fui encaminhada ao CEMAH e, nesse espaço, esperava encontrar planos de ensino, diários de classe, fichas de estudantes e livros didáticos, contudo fui orientada por servidores a desbravar volumes de atas de reuniões pedagógicas de um estabelecimento de ensino paulistano, cujo acervo se tornou exemplar para o processo de constituição da memória escolar em nosso Estado: a Escola Estadual Caetano de Campos.

Quando informei que delimitaria a consulta à década de 1960 e ao início de 1970, ofereceram-me acesso aos livros de atas referentes a três períodos: os anos de 1967 a 1968, de 1972 e de 1977. Intrigava-me a indisponibilidade justamente de produções de 1969 a 1971, anos imediatamente anteriores à promulgação lei 5692/1971.

Aqui vale apontar a possibilidade de não representar novidade a ausência de registros sobre a educação do período que inclui a ditadura militar brasileira (1964-1985), pois tal silenciamento se repete em relatos de outras pesquisas, como a de Felipe Barbosa Dezerto (2017), acerca da documentação oficial relacionada ao ensino de língua francesa no Colégio Dom Pedro II. O pesquisador declara ter limitado sua investigação a fontes datadas entre 1838 e 1942, pois não lograra encontrar documentos referentes às décadas de 1950 a 1980, no Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Dom Pedro II (DEZERTO, 2017, p. 23).

Constatações desse tipo devem nos intrigar sempre quando fazemos incursões em arquivos – sobretudo os organizados e mantidos pelo Estado, pois neles temos acesso a um universo que não prescinde de relações de poder, conforme apontara Michel Foucault (2010), autor ao qual Maria José Coracini (2007) recorre para abordar a constituição da identidade de sujeitos entre a impossibilidade e a necessidade de dizer (-se):

Arquivo é, pois, aquilo que justifica, sem que se saiba a sua razão imediata, o que pode ser dito num dado sistema de discursividades; é, enfim, o que dá sentido ao que é dito (...). Em suma, o arquivo, para Foucault, é responsável pela materialização das práticas discursivas e, portanto, pelos discursos. E, como tal, sofre também a ação subliminar, escondida, insidiosa do que o filósofo denomina relações de poder. (CORACINI, 2007, p. 17)

Considerando tais relações que, no contexto da ditadura militar, poderiam ser constituídas por apagamentos do dizer, procurei organizar, dentro das limitações encontradas, o meu trabalho de pesquisa no CEMAH. Ao percorrer os documentos disponíveis, foi possível flagrar cenas do cotidiano escolar, bem como discursos atravessados por aquele regime que controlava os corpos de estudantes e de professores/as, em momento de vertiginosa imposição de dispositivos legais e restrições curriculares.

Como me interessava o contexto da promulgação da lei 5692/1971, busquei nas atas disponíveis discussões que se relacionassem, em geral, às questões sobre ensino-aprendizagem das disciplinas da escola e, em particular, de língua francesa. Mediante tal critério, li, fotografei e transcrevi fragmentos de cerca de 22 (vinte dois) exemplares discursivos no restrito espaço do CEMAH. À medida que avançava nesse trabalho, pude delimitar o *corpus* a

cinco registros produzidos ao longo de 1967 e 1968, por guardarem relação direta ou indireta com a participação de uma professora de francês do então Instituto de Educação Caetano de Campos (IECC). Tratava-se de Dona Iracema Rosa dos Santos, ou Dona Boquinha, personagem sobre quem vou me deter mais adiante.

Além do acesso àquelas fontes documentais, foi possível conhecer uma rede de ex-estudantes do IECC que ainda se encontra e se confraterniza em torno das lembranças de seu tempo de escola. Essa celebração do passado não ocorre apenas em encontros presenciais: graças a Wilma Schiesari-Legrís, pude obter os contatos e as contribuições a distância de seus colegas.

Essa ex-aluna que, por coincidência (ou não), há mais de 30 anos reside em Paris, engajou-se no processo de tornar visíveis lembranças escolares vivenciadas naquela prestigiada escola paulistana, ao longo das décadas de 1960 e 1970. Passagens de seu livro *Caetano de Campos: memórias de uma aluna bem (e mal) comportada* (SCHIESARI-LEGRIS, 2010) e de seu *blog* intitulado *Caetano de Campos* (SCHIESARI-LEGRIS, 2012; 2016) ajudaram-me a constituir o cenário das atas de reuniões pedagógicas às quais tive acesso no CEMAH. A esse material somaram-se 38 (trinta e oito) respostas a oito questões aplicadas via formulário online a ex-caetanistas.

Vale aqui destacar que, para chegar a essas respostas, além de me valer de uma generosa lista de endereços eletrônicos disponibilizados por Wilma, pude contar com a divulgação da minha pesquisa em seu *blog* de memórias. Parte do anúncio publicado por ela já trazia elementos que me preparavam para a leitura de todo o material a ser analisado sobre o período:

Como vocês sabem, no Brasil essa disciplina foi sacrificada no altar do programa Mec-Usaid e pouco a pouco desapareceu dos currículos das escolas públicas de São Paulo, porque o pensamento é um instrumento tipicamente francês e é nesse idioma que encontrávamos os temas de predileção quando discordávamos do regime autoritário ou quando queríamos conhecer os assuntos filosóficos em geral. Se vocês puderem, gostaria que entrassem em contato (...) para responder às questões (...) sobre a sua experiência como estudante de francês no ensino secundário e/ou médio. (...) Abrrraços frrranceses, wilma (SCHIESARI-LEGRIS, 2016).

Ao trazer à tona as lembranças sobre francês como componente curricular no IECC, a escritora me surpreendeu com sua referência ao uso desse idioma como caminho de resistência entre os estudantes do colégio no tempo da ditadura. Outra questão importante à que ela remete

diz respeito aos acordos assinados, de 1964 a 1976, entre o Ministério da Educação (MEC) e o *United States Agency for International Development* (USAID).

Além da orientação do sistema educacional brasileiro ao tecnicismo e às imposições do desenvolvimento capitalista internacional, esses documentos teriam influenciado reformas educacionais durante o regime militar (LOMBARDI, SAVIANI, NASCIMENTO, 2006) que, implantadas em um estado de exceção, não pressupunham o efetivo diálogo entre as categorias da educação. Sem essa prerrogativa, podemos imaginar, após a promulgação da lei nº 5692 (BRASIL, 1971), a massa de professores/as de língua francesa que se viram desempregados/as do dia para a noite, assumindo, quando possível, aulas de língua portuguesa em colégios diferentes dos que trabalhavam.

Para os/as estudantes, não havia nenhuma explicação. Simplesmente a lei era cumprida. Desse modo, é possível compreender a referência saudosa e posicionada de Wilma acerca da retirada do francês como componente curricular da educação básica naquele apelo publicado em seu *blog* (SCHIESARI-LEGRIS, 2016). Em sua declaração, não podemos ignorar a escolha das palavras “sacrificada” e “altar”: elas trazem à tona a memória do dizer (o interdiscurso), bem como a constituição dos sujeitos e sua inserção no processo histórico em tempo de repressão e tortura (ORLANDI, 2007, p. 143).

É evidente que, quando faz memória sobre a presença dessa disciplina no currículo escolar de seu tempo, a representação sobre o francês como língua da civilidade e a da intelectualidade está presente em parte do discurso de Wilma. Tal sentido logo se desloca, entretanto, para caracterizar o uso do idioma na escola como estratégia de resistência e oposição ao regime autoritário.

Para que não fossem imolados nos porões clandestinos da ditadura, os estudantes do IECC contavam com a memória discursiva daquela representação acerca da cultura francesa, para astutamente ludibriar os representantes das forças repressivas que estavam, em todos os lugares, prontos para levar ao “sacrifício” corpos com ideias opostas às do regime – desde que difundidas em português, como é possível supor.

O cenário do IECC é constituído, portanto, pela vigilância da palavra, e tal movimento dos sentidos foi fundamental para ousar compreender, juntamente com as respostas de ex-caetânistas ao meu questionário, o contexto que constitui os discursos daquelas atas de reuniões pedagógicas selecionadas. Nelas, flagramos as vozes docentes retextualizadas e

mediadas por outro corpo, o do/a escriba, que também se encontra em condições de produção marcadas pelo silêncio.

Ao longo da leitura das atas, não me detive à descrição do funcionamento das operações de retextualização, procedimento apresentado por Luiz Antônio Marcuschi (2005, p. 46) como

(...) a passagem do texto falado para o texto escrito, (...) um processo que envolve operações complexas que interferem tanto no código como no sentido e evidenciam uma série de aspectos nem sempre bem-compreendidos da relação oralidade-escrita (MARCUSCHI, 2005, p. 46).

Naqueles exemplares de outrora, embora reconheça a continuidade da fala e da escrita, sendo ambas “(...) alternativas de atualização da língua nas atividades sociointerativas diárias” (MARCUSCHI, 2005, p. 47), procurei, ao lado dos registros de ex-estudantes do IECC, tornar visíveis as formas de silêncio (ORLANDI, 2007) que atravessam a memória discursiva de corpos envolvidos nos últimos anos da presença do francês no currículo escolar oficial.

Esse movimento deflagra a importância de documentar nossas práticas docentes e discentes (MELLO, BARBOSA, FARIA, 2017), encontrando estratégias para nos dizermos, mesmo quando pretendem nos calar entre contextos de retrocessos na educação brasileira.

3. Entre imagens e inscrições: as memórias sobre o livro didático de francês no IECC

Para caracterizar melhor o contexto sobre o qual me debrucei ao longo da pesquisa, destaco o conflito que se depreende da leitura da ata de 11 de setembro de 1967, referente à reunião do Conselho de Professores da escola. Nela flagramos representações sobre insumos pedagógicos, sendo especialmente o livro didático reivindicado pelos/as docentes como objeto de desejo que apenas se fazia presente nas aulas de línguas:

(...) O Prof. Rosalvo cita o fato de não se poder ditar ponto e não se poder adotar livro, exceto de línguas. Isso ocorre nas 4^a séries e no Colégio os estudantes continuam da mesma maneira: cinquenta por cento dos estudantes ou mais não lê; outros 10 ou 20 por cento não copiam nada. (...) Há o aspecto a considerar da adoção dos livros. Ercílio diz que também notou esse problema e faz seminários e que os estudantes consultam os mais variados livros. (ATA, 1967a)

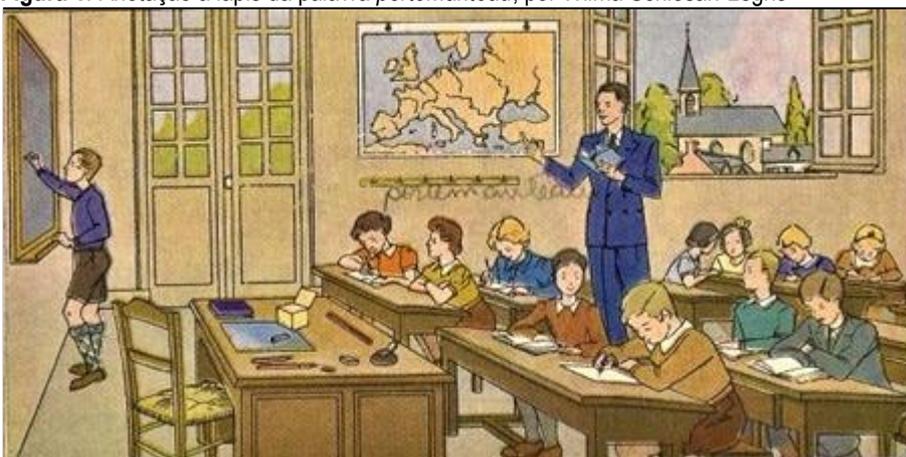
Com essa contribuição, a caracterização do cenário das aulas de francês começa a tomar corpo e é possível perceber que, do ponto de vista dos anseios dos/as professores/as do

IECC, a disciplina guardava alguma vantagem por contar com a adoção de livros. Também é possível destacar as representações dos estudantes sobre o assunto. Graças ao questionário encaminhado aos/às ex-caetanistas, pude conhecer alguns títulos desses materiais e, sobretudo, lembranças afetivas das práticas e dos discursos que circulavam sobre eles.

O grupo de 38 (trinta e oito) respondentes de nossa pesquisa é constituído por ex-estudantes que teriam passado pelo IECC entre 1949 e 1978, alguns tendo frequentado o colégio desde o antigo primário e ginásio (Ensino Fundamental I e II em nossos dias) até o colegial (o atual Ensino Médio). Quando perguntados sobre o período de estudos de língua francesa na escola, a maioria aponta ter cursado a disciplina apenas no ginásio, em período que varia entre 1954 e 1975. Cerca de seis dos ex-estudantes registraram o uso de *Cours de Langue et Civilisation Françaises*, de Gaston Mauger (1995), mencionando espontaneamente o título ou o autor da obra.

Outro título que é mencionado por dois respondentes é *Le français par la méthode directe*, de Robin e Bergeaud (1941). Em seu *blog*, quando fez a chamada para que os/as colegas contribuíssem com esta pesquisa, Wilma publicou também páginas digitalizadas do material, como espólios de suas próprias lembranças sobre o livro didático. Foram compartilhadas pela ex-caetanista imagens de espaços que destacam vocabulário ou situações desencadeadoras de diálogos do livro, conforme ilustra a captura de tela (Fig.1) que reproduzo a seguir:

Figura 1: Anotação a lápis da palavra *portemanteau*, por Wilma Schiesari-Legrís



Fonte: Robin, Bergeaud (1941) apud Schiesari-Legrís (2016)

Nessa imagem, é importante fazer notar a inscrição a lápis que passa a compor uma situação em sala de aula. Com atenção, é possível observar que a palavra *portemanteau* foi

anotada acima da ilustração correspondente ao objeto presente naquele cenário. Tratava-se de uma estratégia que Wilma teria adotado para a apreensão daquele vocábulo durante alguma aula do passado. Vislumbra-se, nesse registro, uma antiga interação, uma forma de ler e de acompanhar a aula que não se apagou; ao contrário: a materialidade dessa escrita permaneceu e tornou visível a relação destacada por Roger Chartier (2009, p. 77) entre o corpo e o livro, em gestos de leitura que foram modificados ao longo da história da humanidade.

A inscrição discreta e marginal, “(...) ocupando um lugar periférico com relação à autoridade” (CHARTIER, 2009, p. 88) do livro didático, foi visibilizada nessa ocasião por Wilma, graças à possibilidade de inserção da página de seu antigo material em um novo suporte, o *blog* de memórias. Nele, como em outros suportes eletrônicos, “o leitor não é mais constrangido a intervir na margem, no sentido literal ou no sentido figurado. Ele pode intervir no coração, no centro” (CHARTIER, 2009, p. 91). Naquela publicação da ex-aluna de francês, conjuga-se, portanto, o trabalho de memória acerca de um insumo pedagógico, bem como a apropriação de uma nova forma de intervir e de tornar visíveis as intervenções autorais sobre a leitura e a escrita do passado.

Tal olhar sobre o material das aulas de francês é relevante para compreender o legado de um elemento que, naquele último excerto da ata de 11/09/1967, representava o objeto de desejo dos professores/as de diferentes disciplinas do IECC. Ele também seria flagrado na memória discursiva dos ex-estudantes como mediador de lembranças sobre textos, ilustrações, ideias, regras gramaticais e situações comunicativas que certamente constituíram, ao longo de suas vidas, representações sobre a língua francesa.

Nosso olhar anacrônico talvez relativize tamanha importância atribuída a uma publicação editorial da qual hoje podemos prescindir, em meio à variedade de fontes e de recursos disponíveis para a preparação de nossas atividades. Não ignoramos a visão eurocêntrica da língua francesa que era (e ainda é) difundida, por meio da circulação de publicações da França nas comunidades de aprendizagem dedicadas ao ensino desse idioma no Brasil. Àqueles corpos estudantes do IECC, entretanto, o livro era a janela para ver outro lugar do mundo, por isso, no plano do discurso, quando perguntados se havia um livro didático em sala e quais eram as suas lembranças sobre ele, várias respostas emanaram imagens, cores, histórias e personagens de outrora (e de alhures) que permaneceram na sua memória²:

² Tendo em vista que, conforme aponta Dino Pretti (1999), pode atuar na materialização da escrita o reflexo de fatores situacionais (tema, grau de intimidade entre os interlocutores) e externos (classe social, idade, grau de

E10: era um livro muito colorido, incentivava os diálogos e os assuntos eram em torno da história de uma família. Era bastante agradável.

E21: Sim. Havia os jovens personagens Jean e Colette; história do rei infeliz...

Esses estudantes de francês de outrora guardavam lembranças de trechos inteiros decorados das situações do livro. Ao observar tais excertos, é importante que tenhamos novamente em vista o que Ecléa Bosi (2012) nos ensinou sobre as pesquisas com memórias: rememorar é um trabalho, e os ex-caetanistas que me enviaram suas respostas trabalharam, trazendo, por escrito, as reminiscências dos textos lidos, decorados e declamados naquele tempo. Vejamos dois exemplos desse engajamento:

E26: G Mauger . M Vincent et sa famille sont allez au Canada...

E38: La Méthode Direct de Français, livraria Hachette. Ótimas. Lembro sempre da frase: Le jardin, il est beau.

Há, contudo, relatos que nos apontam outro olhar relacionado ao material didático, naquele momento presente apenas nas aulas de línguas estrangeiras do IECC. O livro desejado e inexistente em outras disciplinas poderia também aprisionar os corpos em situações de repetição de textos literários e de regras gramaticais. Tratava-se, portanto, de ensinar o francês considerado correto e proveniente de uma nação idealizada como modelo civilizatório. Nessa dinâmica, não eram levados em conta os interesses e a realidade dos corpos juvenis, obrigados a decorar, em contexto escolar brasileiro, vírgula a vírgula de textos escritos em francês *standard*:

E29: Lembro de um livro de literatura, que tinha um texto sobre cada autor. Eu era bem estudioso e respondi, numa prova oral, sobre algum autor, dona Ernestina disse q estava bom mas que eu não falei igual estava no livro. Para a próxima vez, passei alguns dias decorando um texto sobre Prosper Merimée e recitei igualzinho ao livro, vírgula por vírgula , e ainda cantado. Lembro até hoje, duvida? P. M. se raproche d' Stendhal par son goute d'analyse . Comme son ami, ... Colomba e Carmen, deux nouvelles, revellent l'art de metre en scene et le talent de raconter ... e por aí vai.

E35: Ainda sei de cor as primeiras lições do primeiro livro. Os livros eram muito interessantes, porém a disciplina rígida não permitia maior interação com a professora (não era hábito fazer perguntas durante as aulas). Creio

escolaridade), manteve a grafia das respostas tais como foram registradas em português ou em francês pelos ex-estudantes em formulários nos quais contavam suas lembranças. Cada respondente é identificado pela letra E (ex-estudante), seguida de um número atribuído conforme a data e o horário de registro de suas respostas no formulário. As respostas foram recebidas entre 18/05 e 01/06/2016.

que o ensino se baseava mais em decorar do que em entender as lições (infelizmente). Muita ênfase era dada à gramática.

Esses depoimentos refazem um importante cenário de ensino-aprendizagem sob o ponto de vista de ex-estudantes. Tenho ciência, entretanto, de que os sentidos desse gesto de lembrar só poderiam ser completados se tivéssemos registros produzidos e documentados pelos/as docentes de língua francesa daquela escola e daquele tempo sobre suas práticas e, nesse caso, especificamente sobre sua relação com o livro didático. Embora não tenha logrado tanto, não me escapou a apresentação de alguns desses personagens por seus ex-estudantes, como procuro evidenciar a seguir.

4. Entre dizeres e não dizeres: a voz da Boquinha

Em 18 (dezoito) respostas de ex-caetanistas que declararam ter estudado na escola entre 1953 e 1973, consta o nome de Dona Ernestina Hipólito como professora de francês do IECC. Embora seja significativo esse número de respondentes que a ela fizeram referência, não há registros de suas participações nas atas pesquisadas. Como desse grupo apenas duas ex-estudantes declararam permanência como estudantes da escola após 1968, é possível que o período de atuação da senhora Hipólito seja anterior aos dos registros de reuniões pedagógicas aos quais tive acesso.

A despeito desse desencontro, tornarei visível uma reminiscência apresentada naquele questionário sobre a presença de Dona Ernestina na escola quando aos/às ex-caetanistas foi solicitado o registro do nome dos professores/as de língua francesa de que se lembravam:

E10: Sempre foi a D. Ernestina! Uma doce e querida professora. Lembro que nossa primeira aula foi: St. Paul, le trois mars 1958. Já pronunciados em francês. E la Marseillaise, linda, logo em seguida...

A exigência de Dona Ernestina com relação à declamação de textos partia do hino nacional francês, passava pelas orações católicas e chegava às fábulas de La Fontaine, conforme ilustram as memórias de Schiesari-Legrís (2010):

Dona Ernestina, francesa até a medula, deu-nos a *Marselhesa* logo no primeiro dia de aula, com todo aquele sangue escorrendo dos revolucionários franceses e de seus inimigos, devidamente estraçalhados; na aula seguinte

passou no quadro a *Ave Maria* e o *Pai Nosso* em francês, talvez para perdoarmos os massacres daquela barbárie toda; e na terceira aula a fábula moralista de La Fontaine *La cigale et la fourmi* – tudo para se saber de cor e salteado na quarta aula (SCHIESARI-LEGRIS, 2010, p. 118)

Além dessa docente, são destacados nas respostas outros nomes: Irmã Maria Geneveva, Profa. Célia, Maria Júlia, Mário Biral e Iracema Rosa dos Santos:

E11: Irmã Maria Geneveva, Prof^a. Célia. Lembro das músicas que cantávamos, das reuniões lítero-musicais (em francês) e com o auditório lotado, das conversações em sala de aula, das montagens de peças de teatro em sala de aula...

E18: Prof. Mario Biral - Muito espirituoso, apesar de bastante severo. Boa gente. Madame Boquinha (apelido) - Bastante detalhista com a pronúncia. Boa gente

E37: prof. Maria Julia, ela despertou o meu amor pelo francês !!!

Irmã Maria Geneveva e Profa. Célia figuram na lembrança de um ex-caetanista que teria estudado francês no IECC entre 1959 e 1962. O nome de Dona Maria Júlia é mencionado por ex-estudantes que se lembram da presença dessa disciplina entre 1959 e 1965. Ele é reiterado na obra de Wilma, quem se recorda da língua francesa em seu currículo entre 1964 e 1965. Remete ao fato de que aquela docente teria atuado em sua turma por apenas um trimestre “e (...) para substituí-la entrou dona Ernestina, que era pelo menos 30 anos mais velha que a primeira” (SCHIESARI-LEGRIS, 2010, p. 117).

Outro nome mencionado é o do senhor Mário Biral. Embora também seja lembrado pelos nossos respondentes como professor de francês entre 1970 e 1974, têm destaque os registros sobre sua atuação anterior como latinista, conforme depreendemos do relato oral da sua filha, Rosa Maria de Moraes Biral, ex-aluna do IECC entre 1950 e 1963 (ROSA, 2010).

O pai e professor de Rosa teria ocupado a cadeira de Latim até o momento em que teve de “(...) buscar outro posto em decorrência da extinção de sua matéria (...)” e continuar “(...) como professor de português” (SCHIESARI-LEGRIS, 2010, p. 117-118). De fato, quando da publicação do *Decreto Estadual nº 47.404* (SÃO PAULO, 1966), a língua latina vê seu ocaso, disputando espaço com o inglês e o francês nos currículos dos cursos ginásial e colegial.

A presença do professor Mário Biral consta das atas de 1967 e 1968 às quais tivemos acesso, mas, em nome da cadeira de francês, há registros de pronunciamentos apenas de Dona Iracema Rosa dos Santos. Sua alcunha era dona Boquinha, conforme atesta a maior parte das

respostas recebidas³. Quando não se lembravam do nome, imediatamente remetiam a esse apelido ao qual alguns associavam dedicação, outros, rigidez:

E14: Iracema Rosa dos Santos, apelidada "Boquinha", professora severa, gostávamos de imitar sua boca e seu sotaque.

E17: A profa. do ginásio (hoje Ensino Fundamental) foi Profa. Ernestina, a do colegial (hoje Ensino Médio) era Profa. Iracema. A profa. Ernestina era bem senhora, baixinha, de cabelos quase todo grisalho, uma doçura, mas muito exigente. Ela nos fazia decorar várias regras repetindo em voz alta na sala de aula e, "regendo" como se fosse um maestro ("La consonant finale on ne prononce pas" - está certo como escrevi?). A profa. Iracema gostava que cantássemos o hino da França, de pé, mão no peito, todo início de aula. Ela nos fazia decorar os verbos e fazia chamada oral, após cantarmos o hino. Porém, o que ela gostava era ensinar vocabulário, por isso, fazíamos bastante tradução durante as aulas, usando nossos dicionários. Como aprendemos!! Falava só em francês (Profa. Ernestina misturava um pouco com a língua portuguesa, talvez porque estávamos iniciando o aprendizado da língua francesa). Profa. Iracema tinha uma voz aveludada, muito clara, movimentava muito a boca quando falava o francês. Ela tinha o apelido de "petite bouche", porque a boca era muito grande!!!

E37: Iracema. Agitada, baixinha, jogava buraco no domingo à noite no Clube Piratininga. Na primeira aula da segunda-feira sabíamos se tinha ganhado ("bonjour, mes chéris") ou perdido, porque entrava na sala com ar feroz e torturava os infelizes convocados para a chamada oral...

Algumas respostas são de exímios narradores de outro tempo, como a de E37, na qual a referência a um antigo espaço da aristocracia paulistana frequentado por Dona Iracema constitui o imaginário de um ex-estudante com relação às consequências de um bom ou mau jogo da docente sobre a aula do dia seguinte. O vocábulo "torturava" exprime essa percepção de que era sobre seus corpos que "aquele ar feroz" de uma possível derrota no jogo de buraco poderia atentar.

Na resposta de E17, destaca-se a comparação entre o caráter exigente de Dona Ernestina, aqui já mencionada, e o de Dona Iracema. Por meio desse depoimento, temos ainda mais detalhes sobre como poderiam ser desenhadas cenas que, para corpos juvenis, representariam, de fato, uma tortura, palavra deslocada do contexto político brasileiro do período. As práticas do ensino de língua francesa (e de todas as disciplinas) na escola, para além da boa ou má sorte no jogo de um ou outro docente na véspera, estavam atravessadas

³ Essa informação também se encontra disponível nas memórias de Wilma: "Os meninos eram estudantes de francês da Boquinha, a pobre da dona Iracema (...)" (SCHIESARI-LEGRIS, 2010, p. 117).

pelos discursos da ditadura. Assim, fica-se em pé, com a mão no peito, canta-se um hino, decoram-se verbos, faz-se chamada oral.

Como aqui estou lidando com narrativas das atas registradas por escribas e com os depoimentos atualizados de ex-estudantes, sou impelida a sempre registrar a ausência da voz de Dona Iracema no tempo da nossa enunciação, fator que incide na constituição incompleta daquele cenário. O que diria a Boquinha (com a licença do trocadilho) acerca dessas representações de tortura em suas aulas? Se houvesse registros autorais de suas práticas, certamente outros sentidos poderiam se somar a essas lembranças do francês na escola.

As retextualizações de suas participações nas reuniões não dão conta, como veremos na ata de 06/10/1967, de trazer à tona discussões sobre o que se fazia, por exemplo, com o material didático tão desejado pelos demais colegas da escola. Talvez porque o tema do livro didático estivesse suficientemente resolvido para a professora de francês, ao manifestar-se, apresentava outros elementos que causavam impacto sobre suas aulas, tais como a superlotação da sala e o rendimento dos estudantes.

Logo no início do excerto seguinte, é importante tornar visível o registro efetuado pelo/a escriba sobre a solicitação por Dona Iracema de permissão para que pudesse expressar-se. Embora no gênero ata seja plausível a ocorrência da expressão “pede a palavra” para indicar a alternância do turno de fala entre os participantes, tal uso é significativo em contexto de silenciamentos:

A Profa. Iracema pede a palavra para expor a situação do Clássico. Recebeu uma classe completamente sem base, e com 54 estudantes. Não sabe de onde vieram estes estudantes, nem como foram recebidos na escola, pois não sabem nada. Abdicou da matéria do clássico para dar matéria da 3ª série. Procurou solucionar a falha de todos os modos e mesmo assim possui baixa aprovação. (ATA, 1967c)

Na retextualização da participação que foi permitida a Dona Iracema, são explicitadas representações sobre o repertório incipiente de uma turma do Clássico – antigo percurso formativo do ensino secundário ao qual se dedicavam estudantes interessados em prosseguir seus estudos na área de Humanidades. Por meio da leitura dessa transposição do discurso direto da professora, é possível imaginar sua indignação a respeito do trabalho com uma turma numerosa, formada por estudantes provenientes de outras escolas.

A referida necessidade de retorno ao conteúdo da terceira série do antigo ginásio indicaria a diferença entre os saberes dos jovens, porém esse motivo não parecia convincente à colega Sílvia para explicar o alto índice de reprovação da turma em francês:

A Profa. Sílvia pede uma análise desapassionada do problema e pergunta se uma reprovação de 50% é normal. Será que 50% dos estudantes são vagabundos? Como foram nos anos anteriores? (...) A Profa. Iracema diz que é preciso apertar, porque depois os próprios estudantes reconhecem e agradecem. (...) O Prof. Rosalvo declara que a Escola não possui meios para modernizar o ensino, como vitrolas, gravadores, projetores, etc. (ATA, 1967c)

A resposta de Dona Iracema aos questionamentos da Profa. Sílvia pode indicar que estamos, de fato, diante de uma professora de francês bem rigorosa, como apontaram alguns respondentes. Ao contrário de Iracema, Sílvia, docente da cadeira de Sociologia, questiona o interesse dos jovens por atividades que se restringiam ao “aqui” da escola, ou seja, às atividades internas daquele espaço de controle dos corpos.

Como contraponto ao discurso sobre o desinteresse dos discentes pelo ambiente escolar, em ata anterior, Sílvia já procurava demonstrar como é possível explorar os conteúdos das diferentes disciplinas, inclusive de francês, por meio de atividades externas que envolviam, na ocasião à que remete o excerto abaixo, a Aliança Francesa (AF). Tratava-se do relato sobre integração de estudantes do IECC em curso de preparação ofertado pela AF para a visita à 9ª Bienal de Artes de São Paulo:

A Profa. Sílvia comentou os últimos problemas discutidos na reunião anterior, e que falaram da desistência dos estudantes. Observa que é preciso investigar a causa desses desinteresses aqui na escola, pois teve a oportunidade de verificar que muitos estudantes se interessam por certos cursos de extensão cultural. Cita o caso do 2º Clássico, que prepara seminários, em grupos, a fim de estudar a História da Arte. A mesma classe fez ainda, junto com a Profa. Marina, de Português, um curso de preparação à 9ª Bienal de S. Paulo. Frisa que foi um curso de 7 (sete) Conferências, das quais, três em língua francesa, e que todas eram realizadas no período da noite, das 18h30 às 20h30 ou 21h, na Aliança Francesa. Será feita no dia 27 uma visita à Bienal e para esta visita, que será comentada pelo crítico Fábio Magalhães, já se inscreveu toda a classe. Este curso, levando-se em consideração principalmente o horário em que foi feito, prova que os estudantes se interessam quando lhes apresentamos algo de que realmente sentem necessidade (ATA, 1967b).

A partir do exemplo comprometido da professora Sílvia, poderia precipitar julgamentos e traçar um perfil menos engajado de Dona Iracema. Insisto, entretanto, em indagar: na falta da

narrativa autoral desta docente, como poderia hoje apresentar sua posição a respeito do registro de sua fala efetuado por outrem?

A continuidade do debate sobre o suposto desinteresse dos estudantes do IECC que se iniciara naquela ata de 06/10/2017 ocorre por meio de uma série de encontros sob o título de “Reunião do Seminário do Curso Colegial”. No primeiro deles, realizado em 19/03/1968, o senhor Rosalvo aponta a ausência de recursos para a modernização do ensino na escola como uma das causas do desinteresse dos estudantes (ATA, 1968a). Esse assunto foi retomado por ele quando da reunião de 09/04/1968, intitulada “Quarta Reunião do Seminário do Curso Colegial”, coordenado pelo professor Raphael Grisi, da cadeira de didática (ATA, 1968b).

Desse exemplar discursivo, o que nos chega sobre a participação de Dona Boquinha na reunião ainda se refere a insumos para a preparação de trabalhos fora da escola:

O professor Grisi toma a palavra e expõe sobre os problemas levantados na reunião anterior (...). Também tomou conhecimento dos problemas levantados pela professora Vilvanita, relativamente à necessidade do bom funcionamento do mimeógrafo da escola e o período para que se tenha um datilógrafo à disposição para bater os estêncis. Adianta que já pode contar com o datilógrafo pelo menos duas vezes no período da manhã e pede que os professores/as programem quanto papel irão gastar para e levantar o necessário estoque. A professora Iracema Rosa dos Santos encarece a necessidade desse serviço e diz que tem feito esse trabalho fora da Escola. (ATA, 1968b)

O acúmulo de trabalho em casa e a falta de condições para a preparação das atividades representam certamente elementos importantes do cotidiano dos/as professores/as. Assim, limitar-se a discutir sobre essas questões poderia ser a opção menos arriscada no regime de silenciamento. Essa aparente passividade de Dona Iracema sofreria um abalo quando o professor Grisi sugere, como pauta para reunião subsequente, a discussão sobre a coordenação do ensino de línguas. Além disso, oferece-se para acompanhar os professores/as da área a uma visita a uma escola militar:

O professor Grisi sugere para a reunião seguinte que se discuta a coordenação do ensino de línguas e oferece-se para uma, digo para acompanhar os professores/as a uma visita à Escola de Formação de Oficiais da Força Pública, dirigida pelo professor Luís Gonzaga de Freitas, escola que conta com modernos recursos didáticos, como o método audiovisual e outras atualidades. A professora Iracema Rosa dos Santos lembra que o Instituto já possuía uma sala de línguas para a qual muito se empenhara. Professor Laurindo acrescenta que houve em nossa Escola um laboratório muito bem montado e sistematicamente todas essas melhorias

foram destruídas. Professor Grisi insiste na discussão do problema de ordem pedagógica relativo a línguas. Professor Laurindo indaga qual o tipo de ensino que vamos desenvolver. (...) Iracema Rosa dos Santos comenta que cada professor encara seu curso. Professor Grisi lembra novamente aos professores/as de língua que tragam sugestões para os temas de unidades didáticas e pede que cada professor traga um cálculo para o número de folhas de que vai precisar. (ATA, 1968b)

Secundada pelo professor Oswaldo Laurindo, da cadeira de Física, a professora Iracema manifesta-se prontamente em defesa de um equipamento que já houve na escola e que para a instalação do qual ela teria pessoalmente se empenhado. Nossa até então comedida professora de francês teria trazido à tona nessa participação o tema da precarização da escola. As retextualizações das falas de ambos os docentes (Laurindo e Iracema) apontam que certas representações sobre soluções para o desenvolvimento das experiências de ensino-aprendizagem não se sobrepõem a um problema estruturante. Se havia um laboratório que, como a escola pública, foi sucateado durante a ditadura, por que superar esse fato e apreciar os ditos modernos recursos didáticos da escola do regime?

Para além da cobrança sobre o descuido de um laboratório de línguas que teria agregado recursos audiovisuais tão aclamados por outras disciplinas, o melhor sentido que ousamos ler da participação de Dona Iracema é a sua resposta negativa para a possibilidade de visita à escola de Oficiais. Trata-se, enfim, de um “não” apagado por outras palavras na política do silêncio local, mais especificamente do silêncio constitutivo conforme nos aponta Orlandi (2007, p. 24).

A recusa à visita a um espaço da repressão se faz presente no posicionamento desses professores/as que, no plano do discurso, posicionam-se, como o fizera anteriormente o professor Rosalvo, sobre a prerrogativa de liberdade de ensino prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação então vigente (BRASIL, 1960). Embora distintos na forma, esses posicionamentos emanam, no plano dos sentidos, sua convicção de que, antes de buscar saídas naquele estabelecimento escolar dos representantes da violência e do interdito sobre os corpos, era preciso pensar, como apontou o senhor Laurindo sobre “(...) qual o tipo de ensino que vamos desenvolver” (ATA, 1968b).

Até aqui, foi possível notar que os aspectos relacionados às experiências de ensino-aprendizagem no IECC me alcançaram sob a perspectiva de protagonistas situados em tempos distintos: de um lado, podia contar com as respostas de ex-caetanistas distanciados do cenário de suas memórias; de outro, entrava em contato com a retextualização das falas de seus

professores/as, inseridas no contexto do silêncio local imposto por um regime político de exceção.

Especialmente no último caso, além da transposição do discurso direto para o indireto que marca a composição do gênero em questão, deveria levar em conta, entre o ponto de vista dos/as docentes e as palavras registradas nas atas, as condições de produção desses exemplares discursivos: reuniões pedagógicas realizadas durante a ditadura, em escola pública paulistana de grande visibilidade. Falar era ser visto. Tal condição se tornava possivelmente ainda mais tensionada se considerarmos que alguém se apropriava dessa fala para torná-la escrita, efetuando supressões ou adequações sobre textos aos quais acessamos, pelo menos em parte, ainda nestes dias.

À medida que lia esse material, outra questão ainda se apresentava como desafio em meu percurso: teria ainda acesso aos ex-professores/as de francês do IECC para que, assim como ocorreu com os ex-estudantes, pudesse conhecer seus depoimentos a partir de momento histórico mais recente e, portanto, opostamente distante do contexto daquelas atas?

Ao apresentar por e-mail aos ex-caetanistas essa questão, recebi uma série de avisos de falecimento de seus antigos mestres de francês publicados em jornais, o que, para além da minha frustração, revelava o quanto aqueles/as saudosos/as aprendizes acompanhavam a história dos protagonistas de um lugar tão importante em suas vidas: a escola pública dos anos 60 e 70. Dentre todos os espólios que chegaram até mim por meio dessa tentativa frustrada de um contato com ex-docentes, uma foto de sala de aula chamou particularmente a minha atenção.

No registro fotográfico reproduzido a seguir (Fig. 2), os corpos que ocupam a sala mista do 2º ano Clássico de 1963 estão numerados. No fundo desse ambiente, Dona Iracema é identificada sob o número 13:

Figura 2: Foto da turma do 2º ano Clássico do IECC, em 1963

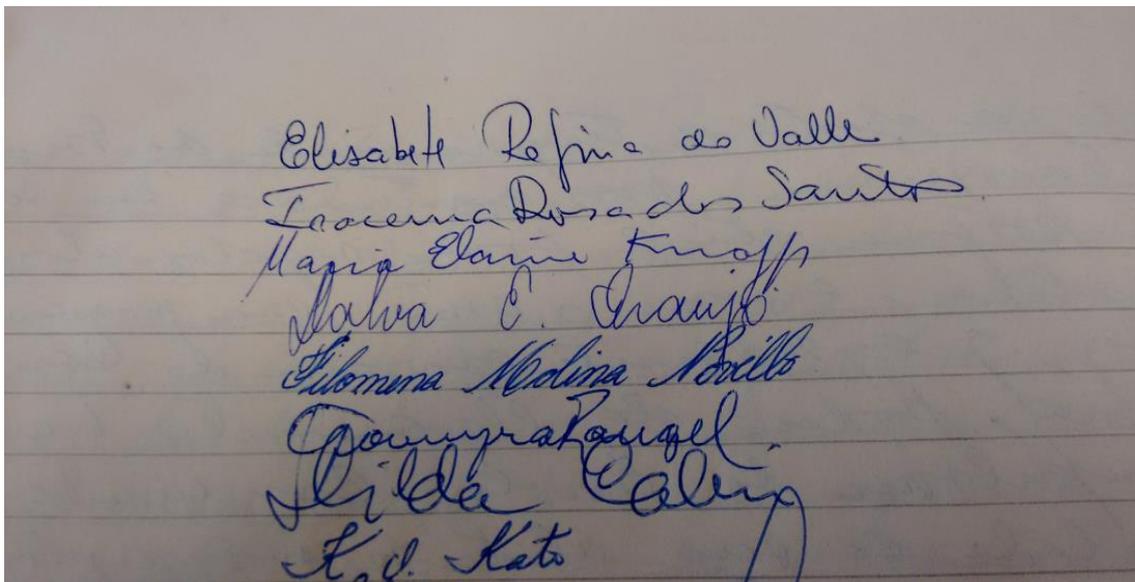


Fonte: Acervo pessoal do senhor José H. Manzano (foto cedida por e-mail em 15 mai. 2016)

Graças a essa generosa contribuição, via diante de mim as imagens de estudantes, cujos corpos, então muito jovens, tinham a oportunidade de despertar seus sentidos para os sons da língua francesa, no espaço escolar que ocupavam. Junto deles flagrava um corpúsculo, cuja voz eu não poderia mais ouvir: o trabalho de rememorar não poderia mais ser realizado por Dona Iracema, o elemento ausente nessa narrativa sobre a memória do francês na Caetano de Campos, a metonímia de um cenário que eu desejava constituir com alguma coerência.

Estava reduzida aos exemplares aqui destacados de 06/10/1967 e 09/04/1968 a retextualização das falas de Dona Iracema Rosa dos Santos, mesmo que na última ata disponível no acervo, datada de 30/06/1977, ainda pudesse flagrar a assinatura da professora, como reproduzo a seguir (Fig 3):

Figura 3: Assinatura de Iracema Rosa dos Santos, em reunião do IECC, de 30/06/1977



Fonte: Ata (1977)

A constituição da memória pedagógica do período não se completava, portanto, sem o registro da voz docente que me faltava naquele primeiro ensaio de pesquisa sobre a presença do francês na escola.

5. Entre registrar e lembrar: a documentação pedagógica nas narrativas docentes

Mediante a escassez das memórias docentes, constatada por meio da procura pelas participações de Dona Boquinha naquelas atas, começa a tornar-se evidente para mim que o sentido do *corpus* da investigação a ser desenvolvida não se completaria do modo como eu havia previsto. Levei, inclusive, muito tempo para compreender que estava lidando com a incompletude da linguagem, uma dimensão inexorável do silêncio, por meio da qual "(...) todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer" (ORLANDI, 2007. p. 12).

Nessa busca, apreciava as fotos recebidas por ex-estudantes do IECC e passava a me indagar sobre a potência desse tipo de registro para narrar a memória da ocupação, da mobilidade e, também, do silenciamento dos corpos na sala de aula de língua francesa daquele tempo. Desta feita, passei a vislumbrar, no gesto de tornar visível uma narrativa, o caminho para torná-la coerente.

Como me faltava justamente a voz silenciada de Dona Iracema, começava a supor que o sentido incompleto das lembranças sobre o francês naquela escola poderia ser confrontado a outros registros autorais da professora, se fosse entre nós uma prática organizar e tornar visíveis as produções sobre as nossas vivências nos estabelecimentos de ensino. Especialmente em cenário no qual o/a educador/a era falado por outrem (o/a escriba das atas), experiências de ensino-aprendizagem de outrora poderiam ser vislumbradas a partir de indícios que a gestão escolar e, posteriormente, os arquivos e os centros de memória oficiais deixassem emergir.

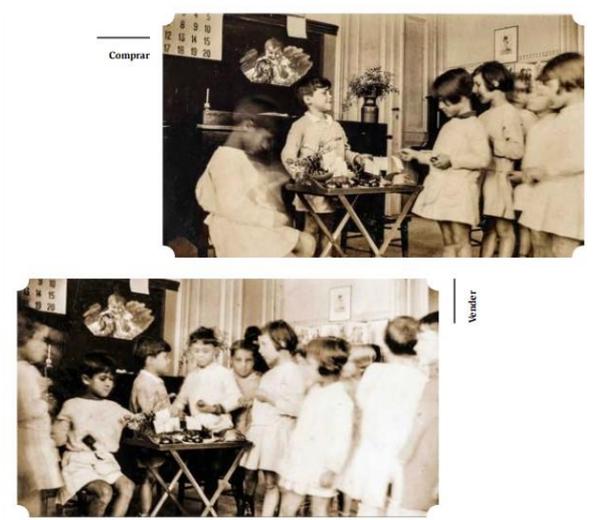
Em outro momento da escola havia, entretanto, gestos opostos ao silêncio imposto sobre o contexto histórico de Dona Iracema. Tratava-se dos registros da professora Alice Meirelles Reis, produzidos entre 1923 e 1935, no então Jardim da Infância Caetano de Campos. Suas narrativas foram apresentadas na obra de Tizuko Morchida Kishimoto (2014), anos após a doação e o acondicionamento, em Museu, do seu acervo fotográfico e escrito⁴.

Nessa publicação, somos convidados a apreciar imagens selecionadas a partir de álbuns e de dois livros datilografados pela professora, por meio dos quais se destacam as primeiras experiências e inovações pedagógicas de Alice. Além das fotografias que constam da seleção realizada por Kishimoto (2014), é possível vislumbrar ilustrações, recortes de livros, bem como comentários manuscritos por outra profissional a quem confiou os registros de suas reflexões e experiências de ensino-aprendizagem com crianças (KISHIMOTO, 2014, p. 27).

Quanto à inscrição de Alice nesses documentos, podemos acessá-la particularmente por meio de legendas às fotos selecionadas, como na situação em que “(...) com sua letra cursiva, escreve: ‘Cálculo. Fazendo troco’ (...)” (KISHIMOTO, 2014, p. 82). Nesse caso, tratava-se de imagens em que os estudantes simulavam situações de compras e vendas de produtos:

Figura 4: Registro de atividade da Professora Alice no jardim da infância Caetano de Campos

⁴ O acervo teria sido doado em 1982 e acondicionado, em 1999, no Museu da Educação e do Brinquedo da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - MEBFEUSP (KISHIMOTO, 2014, p. 4).



Fonte: Kishimoto (2014)

As fotografias e comentários sobre a Educação Infantil que foram efetuados entre as décadas de 1920 e 1930 pela professora Alice são considerados pelas pesquisadoras Suely Amaral Mello, Maria Carmen Silveira Barbosa e Ana Lúcia Goulart de Faria (2017, p. 12) “(...) um certo exercício de documentação pedagógica”. Após 1950, esse conceito constituir-se-ia um dos pilares da pedagogia *Reggio Emilia*, concebida na Itália pelo educador Loris Malaguzzi (1920-1994) (MELLO; BARBOSA; FARIA, 2017, p. 7; 8).

Nessa proposta italiana, que se insere no contexto pós-segunda guerra mundial, era imprescindível abrir espaços de acolhimento, acompanhamento, reflexão, participação, avaliação e diálogo entre escola, professores/as e famílias. Para tanto, a documentação pedagógica era vista como uma estratégia política e pedagógica, que visava à adesão de toda a comunidade, por meio da exposição transparente das rotinas e dos fazeres da escola com “(...) cartazes, filmes, fotografias, festas, exposições de produções infantis em vários espaços da cidade, visitas, convites aos cidadãos para frequentarem eventos escolares (...)” (MELLO; BARBOSA; FARIA, 2017, p. 9).

A prática da documentação se apresenta, em tempos democráticos, de forma ainda mais abrangente, de modo a tornar visíveis não só as escolhas do/a professor/a, mas também o protagonismo da criança como centro do processo de ensino-aprendizagem (OSTETTO, 2017). Desse modo, ainda que a organização dos registros do Jardim de Infância pela professora Alice pudesse ser considerada um ensaio dessas práticas mais tarde tão bem desenvolvidas em *Reggio Emilia*, seria importante destacar a exceção representada por tal documentação em país no qual ainda é raro ter acesso a álbuns de fotos escolares, a atividades de estudantes, a diários

docentes ou a livros didáticos com inscrições, tais como as que flagramos na foto do exemplar de Robin e Bergeaud (1941), publicada pela ex-estudante do IECC em seu *blog* de memórias (SCHIESARI-LEGRIS, 2016).

Ao conhecer a rede que poderia ligar no tempo duas docentes da mesma escola, foi inevitável ter de lamentar a limitação e a descontinuidade dessas práticas (e da democracia) entre nós. Delas decorre a ausência de registros autorais de Dona Iracema, por meio dos quais pudéssemos ouvir a sua voz silenciada sobre cenas de ensino-aprendizagem de francês no IECC das décadas de 1960 e 1970.

Considerações finais

O cenário que procurei inicialmente perscrutar em minha pesquisa, por meio da leitura de atas de reuniões pedagógicas e de relatos de ex-alunos do IECC, situa-se às vésperas do ocaso da língua francesa como componente curricular obrigatório na escola brasileira. Após a publicação da lei 5692/1971, a limitação do tempo e do conteúdo para o desenvolvimento dos currículos retirou progressivamente aquele idioma das salas de aula. Esse episódio, para além da perda de lugar de atuação dos profissionais do campo, representa o marco de um longo período de retrocesso quanto à possibilidade de estudantes vivenciarem experiências com línguas outras na escola brasileira.

As lembranças de ex-alunos em meio às quais flagramos o uso da língua francesa como estratégia para abordar, no IECC, assuntos não permitidos pela ditadura militar atestam que a diversificação dos currículos é também em nosso campo combatida por regimes de exceção. A pluralidade de ideias e o ensino de línguas por meio das quais poderíamos comunicá-la permitiriam ao campo democrático a organização da resistência indesejada em tempos de censura e de silenciamento.

A despeito da astúcia dos alunos, faltaram-nos das décadas de 1960 e de 1970 as vozes de ex-professores/as que, em ciclos de retrocesso, são apresentados/as como os primeiros inimigos a serem combatidos⁵. Não foi possível conhecer a esse respeito o ponto de vista de uma personagem importante daquele cenário que poderia nos ajudar a compreender, por meio

⁵ Referência ao intitulado Projeto de Lei 7180/14 “Escola sem partido” que, embora rejeitado em setembro de 2019, continua a tramitar por meio da recriação de comissão especial em dezembro daquele mesmo ano. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/622186-CAMARA-RECRIA-COMISSAO-ESPECIAL-PARA-ANALISAR-ESCOLA-SEM-PARTIDO>> Acesso em: 28 jun. 2021.

de seu trabalho de memória (BOSI, 2012), qual era a situação dos docentes de francês antes e depois da reforma educacional deflagrada por aquela lei 5692 (BRASIL, 1971).

Dona Iracema Rosa dos Santos, a Dona Boquinha, participou timidamente das atas de reuniões pedagógicas às quais tivemos acesso. Como tampouco foram ampliadas as tímidas práticas de documentação pedagógica existentes no mesmo colégio já na década de 1920 (KISHIMOTO, 2014), não temos, além das fotografias encaminhadas por ex-caetanistas, outros elementos que tornassem visíveis as escolhas e a fala da Boquinha naquele contexto.

Tendo em vista a necessidade de romper com esse permanente apagamento de nossas narrativas escolares, apresentamos a documentação pedagógica como uma possibilidade para nosso campo de ensino-aprendizagem de línguas promover o trabalho de memória desde o nosso tempo, entre novos ciclos de retrocessos que se impõem sobre a educação e a democracia brasileira.

Que a decisão de narrar e de documentar a nossa resistência entre esses períodos possa representar também a visibilidade de outro país possível, com todas as existências consideradas na constituição de políticas educacionais que não negligenciem a diversidade das línguas/linguagens entre estudantes e docentes de nossas escolas.

Referências

ATA de reunião pedagógica. São Paulo: Instituto de Educação Caetano de Campos, 11 set.

1967a.

_____. São Paulo: Instituto de Educação Caetano de Campos, 16 set. 1967b.

_____. São Paulo: Instituto de Educação Caetano de Campos, 06 out. 1967c.

_____. São Paulo: Instituto de Educação Caetano de Campos, 19 mar. 1968a.

_____. São Paulo: Instituto de Educação Caetano de Campos, 09 abr. 1968b.

_____. São Paulo: Instituto de Educação Caetano de Campos, 30 jun. 1977.

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BRASIL.. *Lei 4.024*, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação

Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm> Acesso em: 28 jun. 2021.

_____. *Lei nº 5692*, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 28 jun. 2021.

CHARTIER, R. *A aventura do livro: do livro o navegador: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora Unesp, 2009.

- CORACINI, M. J. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução*. Campinas: Mercado de Letras, 2007.
- DEZERTO, F. B. *Francês e educação: institucionalização de uma língua estrangeira em discursividade*. Niterói: Eduff, 2017.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- GOMES, T. B. Reforma tornou ensino profissional obrigatório em 1971. *Senado notícias*, Brasília-DF, 03 mar. 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-do-ensino-medio-fracassou-na-ditadura>> Acesso em: 28 jun. 2021.
- KISHIMOTO, T. M. *Práticas pedagógicas da professora Alice Meirelles Reis (1923-1935)*. São Paulo: PoloBooks, 2014.
- LEFFA, V. J. O Ensino de Línguas Estrangeiras no Contexto Nacional. *Contexturas - APLIESP*, São Paulo, n. 4, 1999.
- LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M (org.) *Navegando pela História da Educação Brasileira*. Campinas-SP: Graf. FE: HISTEDBR, 2006. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/mec-usaid>>. Acesso: 28 jun. 2021.
- MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Editora Cortez, 2005.
- MAUGER, G. *Cours de langue et de civilisation françaises I*. Rio de Janeiro: Librairie Hachette / Ao Livro Técnico, 1995.
- MELLO, S. A.; BARBOSA, M. C. S.; FARIA, A. L. G. (Coord.). *Documentação pedagógica: teoria e prática*. São Carlos-SP: Pedro & João Editores, 2017.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- OSTETTO, L. E. (Org.). *Registros na educação infantil: pesquisa e prática pedagógica*. Campinas-SP: Papirus, 2017.
- PRETI, D. (Org.). A língua falada e o diálogo literário. In: _____. *Análise de textos orais*. São Paulo: Humanitas, 1999. p. 215-228.
- ROSA MARIA BIRAL. Produzido por Centro de Referência em Educação (CRE) Mário Covas e TV Cultura: Fundação Padre Anchieta. Brasil: 2010. (7:43 min). colorido. Disponível em: <http://nucleodevideosp.cmais.com.br/videos/memoria-oral/memoria-da-escola-paulista-rosa-maria-biral-parte-3>> Acesso em: 28 jun. 2021.
- SÃO PAULO (Estado). *Decreto 47.404*, de 19 de dezembro de 1966. Aprova normas regimentais dos estabelecimentos estaduais de ensino secundário e normal. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/89274>>. Acesso em: 28 jun. 2021.
- _____. Secretaria da Educação. Centro de Referência em Educação Mário Covas. História da Escola. *Memória da Educação Paulista: Escola Caetano de Campos*, 2018. Disponível em: <http://www.escoladeformacao.sp.gov.br/portais/Default.aspx?tabid=7541>> Acesso em: 28 jun. 2021.
- SAVIANI, D. *Escola e democracia*. Campinas-SP: Autores Associados, 2008.

SCHIESARI-LEGRIS, W. *Caetano de Campos: memórias de uma aluna bem (e mal) comportada*. São Paulo: Luna Editorial, 2010.

_____. *Caetano de Campos. Blog*. Paris, 2012; 2016. Disponível em:

<<https://ieccmemorias.wordpress.com/2012/07/07/iecc-admissao-ao-ginasio-nos-anos-60/>>

Acesso em: 3 jun. 2019.